



3.17 • Metamorfoses da violência

Armas nucleares: velhos problemas, novas missões

Luis Tomé

AS ARMAS NUCLEARES TÊM uma dimensão única na política internacional e na estratégia. São símbolo e instrumento de um imenso poder político e militar, servindo objectivos diversos de dissuasão, coacção, afirmação, balanceamento ou mesmo chantagem. Em virtude da sua capacidade aterradora de destruição, alteram a racionalidade custos-benefícios e o seu uso na procura de uma vitória no sentido tradicional é virtualmente impossível. Por isso, tornaram-se as primeiras armas da história e da estratégia militar cujo fim prioritário é não serem utilizadas. E só o foram uma vez, pelos EUA, nos bombardeamentos atómicos sobre as cidades de Hiroshima e Nakasaki, em Agosto de 1945 – num contexto particular de guerra aberta e declarada para fazer capitular o Japão e num momento em que apenas os EUA possuíam esta arma. Embora nunca tenham sido empregues, a existência de armas nucleares afecta todos os cálculos das potências e da segurança internacional. Nada disto se alterou, como não mudou o facto de a estratégia nuclear pretender tanto evitar o seu uso como impedir que outros as possuam. Contudo, registam-se algumas evoluções positivas, ao mesmo tempo que persistem velhos problemas... Calcula-se que um total de 125.000 ogivas nucleares tenham sido construídas desde 1945, das quais 97% pelos EUA e pela URSS/Rússia. Em 1986, atingiu-se o combinado mundial mais elevado de sempre, registando-se, desde então, uma diminuição consecutiva em virtude dos desmantelamentos substanciais efectuadas pelos EUA e pela Rússia: entre 1986 e 2013, estima-se que o número de ogivas nucleares americanas baixou de 23.317 para 4.650 e as russas de 40.159 para 4.480 (ver “Evolução do número de armas nucleares”).

Por seu lado, o Reino Unido produziu cerca de 1.250 ogivas nucleares entre 1953 e 2013. Do pico de sensivelmente 500 ogivas no período 1974-1981, o arsenal britânico está agora reduzido a menos de metade. Já a França desactivou os vectores de lançamento terrestres dos seus mísseis nucleares – depois de ter conduzido o seu último teste nuclear, no Pacífico Sul, antes de assinar o *Comprehensive Nuclear-Test-Ban Treaty* (CTBT), em 1996 – e reduziu o arsenal nuclear, tendo agora a *force de frappe* francesa 300 ogivas nucleares. No total mundial, a redução de ogivas nucleares é, de facto, significativa: de 64.449 ogivas nucleares, em 1986 para 10.515, actualmente. Mas o número de armas nucleares existentes no mundo mais de duas décadas depois de terminar a Guerra Fria permanece muito elevado, incluindo cerca de 4.000 estratégicas operacionais e preparadas para serem lançadas a qualquer momento.

Durante a Guerra Fria, os arsenais nucleares dos EUA e da URSS tornaram-se sobredimensionados e redundantes, no sentido em que se podiam

destruir a eles e ao mundo várias vezes. Daí que as posteriores reduções quantitativas nos armamentos estratégicos dos EUA e da Rússia não tenham efeitos qualitativos correspondentes: ambos continuam a poder destruir-se várias vezes e a gozar de uma grande superioridade face às restantes potências nucleares, sendo os seus arsenais, portanto, uma versão em menor escala do que foram outrora. Facto é que existem actualmente mais potências nucleares – nove – do que em tempo de Guerra Fria e nem o contínuo aumento das armas nucleares da China, da Índia, do Paquistão e da Coreia do Norte escamoteia que sejam em número pequeno em comparação com a Rússia e os EUA, embora mais difíceis de estimar. Acresce que tanto os cinco Estados-parte do Tratado de Não Proliferação (EUA, Rússia, Reino Unido, França e China) como os três nunca signatários do TNP (Índia, Paquistão e Israel) ou ainda a Coreia do Norte (que anunciou unilateralmente a retirada do TNP) parecem interessados em manter-se militarmente nucleares num futuro indefinido e sustentam programas de modernização das suas forças nucleares e dos respectivos vectores de lançamento.

“**Registam-se algumas evoluções positivas, ao mesmo tempo que persistem velhos problemas**”

Entretanto, ainda que por razões e em *timings* não coincidentes, vários países terão abdicado dos seus programas nucleares militares (África do Sul, Arábia Saudita, Argélia, Argentina, Brasil, Iraque ou Síria) e tem-se assistido ao longo dos anos a uma expansão dos regimes visando a não-proliferação nuclear, existindo hoje mais mecanismos/organizações e

com mais Estados-parte (ver “Tratados e organizações visando a não-proliferação nuclear”). Porém, não só há mais potências militarmente nucleares como outros são suspeitos de pretenderem desenvolver ou adquirir essas armas (Irão...) e o risco de posse e uso também por grupos terroristas ou de criminalidade organizada passou a ser encarado mais seriamente. Por conseguinte, a não-proliferação nuclear continua sob grande pressão.

A “Longa Paz em Guerra Fria” deveu-se, fundamentalmente, ao facto das duas superpotências se dissuadirem mutuamente pela “destruição mútua garantida”. Com efeito, a racionalidade levou as duas superpotências e as outras potências nucleares a assumirem que o emprego de armas nucleares teria, em regra, muito mais custos que ganhos. Por outro lado, os progressos na tecnologia militar não-nuclear permitiram que as armas convencionais assumissem ou suplantassem mesmo algumas missões que poderiam ser atribuídas ao armamento nuclear e com custos políticos e estratégicos infinitamente menores. Paralelamente, evoluiu uma nova perspectiva moral muito mais restritiva sobre a violência e a destruição “desnecessárias” em caso de conflito e, portanto, contrária ao uso das armas nucleares a não ser em legítima defesa e em resposta a um *first strike*. As leis da “guerra” e “humanitárias” há muito exigem que a violência militar seja proporcional, direccionada e distinga entre alvos civis e alvos militares, deixando entretanto de ser aceitável, por exemplo, que se bombardeiem cidades e populações civis como aconteceu durante a II Guerra Mundial. Este inenunciável movimento para uma muito maior selecção e precisão dos alvos militares, evitando danos desnecessários e desproporcionais, reduz inevitavelmente a margem ao emprego das armas nucleares.

Em razão das alterações no ambiente estratégico, dos progressos tecnológicos e das exigências po-

Ano	Estados Unidos	URSS/Rússia	Reino Unido	França	China	Israel	Índia	Paquistão	Coreia do Norte	Total
1945	2									2
1949	170	1								171
1953	1.169	120	1							1.290
1964	29.463	5.242	271	4	1					34.981
1967	31.255	8.400	355	36	25	2				40.073
1974	28.537	17.286	500	145	170	17	a)			46.655
1986	23.317	40.159	350	355	224	44				64.449
1988	23.205	36.538	350	410	228	49				60.780
1998	10.732	14.368	240	450	232	68	3	2		26.095
2006	7.853	6.643	225	350	235	80	43	50	b)	15.479
2009	5.113	5.527	225	300	240	80	70	80	b)	11.635
2013	4.650 ¹	4.480	225	300	250	80	110	120	b)	10.215

Quadro 1. Evolução do número de Armas Nucleares. 1945-2013. Notas: a) primeira “explosão nuclear pacífica” da Índia; b) teste nuclear da Coreia do Norte. ¹ Além dos stocks listados dos EUA e da Rússia, os dois países têm ainda em reserva alguns milhares de ogivas à espera de serem desmanteladas, se fossem contabilizadas, o total mundial ascenderia a mais de 17.000.

TRATADOS E ORGANIZAÇÕES VISANDO A NÃO-PROLIFERAÇÃO NUCLEAR

Tratados e convenções internacionais

- *Treaty on the Non-Proliferation of Nuclear Weapons (NPT)*
- *Comprehensive Nuclear Test Ban Treaty (CTBT)*
- *Treaty Banning Nuclear Test in the Atmosphere, in Outer Space and Under Water – Partial Test Ban Treaty (PTBT)*
- *Convention on the Physical Protection of Nuclear Material (CPPNM)*
- *Convention on Nuclear Safety*
- *Joint Convention on the Safety of Spent Fuel Management and on the Safety of Radioactive Waste Management*
- *Treaty on the Prohibition of the Emplacement of Nuclear Weapons and Other Weapons of Mass Destruction on the Seabed and Ocean Floor and in the Subsoil Thereof (Seabed Treaty)*
- *International Convention on the Suppression of Acts of Nuclear Terrorism*

Tratados regionais (zonas livres de armas nucleares)

- *Antarctic Treaty*
- *Treaty for the Prohibition of Nuclear Weapons in Latin America and the Caribbean (LANWFZ) (Tlatelolco Treaty)*
- *Southeast Asian Nuclear-Weapon-Free-Zone (SEANWFZ) Treaty (Bangkok Treaty)*
- *South Pacific Nuclear-Free Zone (SPNFZ) Treaty of Rarotonga*
- *African Nuclear-Weapon-Free-Zone (ANWFZ) Treaty (Pelindaba Treaty)*
- *Nuclear-Weapon-Free Status of Mongolia*
- *Central Asia Nuclear-Weapon-Free-Zone (CANWZ)*

Tratados bilaterais

- *Strategic Arms Limitation Talks (SALT I, SALT II)*
- *Treaties between the USA and the USSR on Strategic Offensive Reductions (START I, START II)*
- *Treaty between the USA and the Russian Federation on Measures for the Further Reduction and Limitation of Strategic Offensive Arms (New START)*

- *Treaty between the USA and the USSR on Underground Nuclear Explosions for Peaceful Purposes (PNE Treaty)*
- *Treaty between the USA and the USSR on the Elimination of Their Intermediate-range and Shorter-range Missiles (INF Treaty)*
- *Treaty on the Limitation of Anti-Ballistic Missile Systems (ABM Treaty)*
- *Strategic Offensive Reductions Treaty (SORT)*
- *USA-Democratic Popular Republic of Korea (North Korea) Agreed Framework*
- *Joint Declaration of South and North Korea on the Denuclearization of the Korean Peninsula*
- *India-Pakistan Non-Attack Agreement*
- *Labore Declaration India-Pakistan*
- *Mendoza Agreement between Argentina, Brazil, and Chile*

Organizações internacionais

- *United Nations (UN): Security Council, General Assembly, Office for Disarmament Affairs (ODA), Disarmament and International Security Committee (First Committee)*
- *Conference on Disarmament (CD)*
- *International Atomic Energy Agency (IAEA)*
- *Organization for the Prohibition of Chemical Weapons (OPCW)*
- *Comprehensive Test Ban Treaty Organization (CTBTO)*

Regimes de controlo de exportações para não-proliferação

- *Nuclear Suppliers Group (NSG)*
- *Australia Group (AG)*
- *Missile Technology Control Regime (MTCR)*
- *Hague Code of Conduct against Ballistic Missile Proliferation (HCOG)*
- *Wassenaar Arrangement*
- *Zangger Committee*

Organizações e regimes regionais

- *Europa*
- *European Union (EU)*

- *Organization of Security and Cooperation in Europe (OSCE)*
- *European Atomic Energy Community (EURATOM)*
- *Euro-Atlantic Partnership Council (EAPC) / North Atlantic Cooperation Council (NACC)*
- *North Atlantic Treaty Organization (NATO)*
- *North Atlantic Assembly (NAA)*
- *Nuclear Energy Agency (NEA)*
- *Commonwealth of Independent States (CIS)*
- *Science and Technology Center in Ukraine (STCU)*
- *International Science and Technology Center (ISTC)*

Ásia

- *Arms Control and Regional Security in the Middle East (ACRS)*
- *Association of Southeast Asian Nations (ASEAN)*
- *Korean Peninsula Energy Development Organization (KEDO)*
- *Permanent-5 Efforts for Mid-East Arms Transfer Restraint*
- *Six-Party Talks*
- *South Asian Association for Regional Cooperation (SAARC)*

África

- *African Union (AU) / Organization of African Unity (OAU)*

América Latina e Caraíbas

- *Brazilian-Argentine Agency for Accounting and Control of Nuclear Materials (ABACC)*
- *Organization of American States (OAS)*
- *Organization for the Prohibition of Nuclear Weapons in Latin America and the Caribbean (OPANAL)*
- *Rio Group*

Outros

- *G-8*
- *Global Initiative to Combat Nuclear Terrorism (GICNT)*
- *Non-Aligned Movement (NAM)*
- *Proliferation Security Initiative (PSI)*

Fonte: CNS, Inventory of International Nonproliferation Organizations & Regimes.

líticas e éticas relacionadas com a violência armada, surgiram novos debates sobre o uso das armas nucleares. Além das circunstâncias em que o recurso às armas nucleares será aceitável, essas discussões passaram a versar também sobre o emprego de armas nucleares contra actores não-estatais, o desenvolvimento e uso das chamadas *mini-nukes* e *bunker-busters* e ainda as possibilidades reais de um “mundo livre de armas nucleares”. Por conseguinte, as potências nucleares vêm explorando novas missões para as suas forças nucleares. Exemplo disso, um relatório da *Federation of American Scientists* analisa um vasto conjunto de missões para as forças nucleares dos EUA e não só no quadro pós-Guerra Fria: «*Survive and fire back after nuclear attack against homeland or against allies (for retaliation/deterrence/assurance); Survive and fire back after chem/bio attack against homeland or against allies (for assurance/retaliation/deterrence); Survive and fire back after CBW use in military theatre; Deploying nuclear weapons to attack enemy nuclear and chem/bio weapons to increa-*

se their vulnerability, decreasing their value (to discourage their development in the first place); Damage limitation attacks against nuclear and chem/bio weapons in military theatre; Damage limitation attacks against enemies central systems; Ready to inflict damage after regional conventional attacks (or to deter such attacks); Overawe potential rivals; Provide virtual power; Fight regional wars; Apply shock to terminate a regional conventional war» (FAS, 2005). O mesmo relatório exclui, todavia, algumas outras missões do passado, incluindo «*no serious consideration at this time of arming ballistic missile interceptors with nuclear warheads»* (*ibid.*: 17). Em geral, o cálculo custos-benefícios antevê apenas um pequeno conjunto de circunstâncias em que o emprego de armas nucleares será aceitável, já que ninguém verdadeiramente sugere que devem ser primeira opção. O debate central está, portanto, entre uns que defendem o uso de armas nucleares somente em situações muito excepcionais e outros que as querem banir definitivamente. Facto é que os objectivos e as missões das armas

nucleares continuam a basear-se primeiramente na alegada natureza defensiva, na dissuasão e no balanceamento, e só depois na *target destruction*. Significa tudo isto, em síntese, que o antigo “equilíbrio do terror” se desvaneceu e que se registam progressos positivos desde o fim da Guerra Fria, mas também que a ameaça nuclear subsiste e apenas se alterou; que a não proliferação nuclear continua sob grande pressão; e que o mundo livre de armas nucleares é ainda uma miragem. O recurso ao armamento nuclear continua, portanto, a pesar nos cálculos de segurança, com as potências a procurarem novas missões para as suas armas nucleares... ■

Referências

- CNS-James Martin Center for Nonproliferation Studies. *Inventory of International Nonproliferation Organizations & Regimes* [em linha]. Acesso em 17.02.2014. url: <http://cns.miis.edu/inventory/index.htm>
- FAS-Federation of American Scientists (2005, January). *Missions for Nuclear Weapons after the Cold War*. Occasional Paper nº 3.
- KRISTENSEN, Hans M. e NORRIS, Robert S. (2013, September/October). “Global nuclear weapons inventories, 1945-2013” in *Bulletin of the Atomic Scientists*, vol. 69, nº 5: 75-81.